

# Considerações sobre a educação informal no Brasil

Nívea Leite

Formada em História e Arqueologia; Doutora em Ciências Humanas –História Social, pela Universidade de São Paulo- USP; docente do Programa de Mestrado em Educação da UCDB.

## Introdução

A historiografia brasileira tem avançado muito nos últimos anos, devido a novas e múltiplas abordagens (sócio-econômicas, culturais e de mentalidades, entre outras), mas estes avanços nem sempre estão sendo assimilados pela História da Educação. Isto ocorre porque, em muitos destes estudos, continuam sendo adotados, como verdades absolutas e acabadas, conceitos e explicações que passaram ou estão passando por processos de revisão e complementação.

Além do mais, estes estudos, ao se relacionarem somente com as questões ligadas à educação formal, aquela ministrada nas escolas, resultam em análises parciais da educação no país, desde que ignoram, ou colocam em segundo plano a questão da educação informal.

Devemos considerar que a educação informal não só ocorre, hoje, em grande escala, através dos inúmeros meios de comu-

nicação de que dispomos, mas também ocorre nas casas (com todas as suas conotações), nas igrejas, nos locais de trabalho, nas mesas de bares, nas ruas e praças, debaixo das pontes e viadutos, assim como na zona rural (com todos os problemas que hoje lhe são inerentes), e em tantos outros lugares de nosso país continental. Mas, em tempos passados, (e, em alguns casos, até no presente), esta educação ocorreu (ou ocorre) também nas senzalas, nas cavernas, nos acampamentos das caatingas, serões e florestas, e em tantos outros lugares.

## Nossa educação informal

O que consideramos educação informal tem sido visto, em nosso país, de forma bastante superficial, e até folclórica, tanto pelos meios de comunicação e pelas pessoas em geral, como pelos planos governamentais que tentam, às vezes, “resgatar” determinadas manifestações culturais, para “preserva-las”. Entretanto, pode-

mos ter dela uma visão que priorize suas influências na educação formal e na cultural em geral. Uma forma possível de se ter esta visão é através da análise de “flashes” do dia-a-dia do povo brasileiro, porque nestes momentos as pessoas, normalmente, se mostram como são, sem máscaras.

Um destes “flashes”, ocorreu a cerca de um ano, e envolve dois trabalhadores (T1 e T2) da construção civil, que conversavam em um ônibus que fazia linha entre duas pequenas cidades do interior de nosso país, em uma zona, economicamente, desenvolvida.

T1 - *Cumpadre*, em quem o senhor votou para vereador nas últimas *eleição*?

T2 - Ah, eu votei no filho do *seu Zé*, lá da rua da *outra banda*, aquele que deu condução para *levá eu* e minha *muié no* médico e ainda levou *nóis de vorta* para casa.

T1 - Mas *cumpadre*, eu já ouvi *dizê* que ela não é lá essas *coisa*, sabe como é, *roba*...

T2 - Isto *num* importa, porque se ele começar a abusar muito lá na câmara, a gente tira *ele* de lá. *Nóis não tiramo* o Collor?

T1 - É, *tiramo*...

T2 - E por falar em Collor, *home bão* aquele, né? Roubou, mas é bão.

T1 - É, *bão memo*.

Este episódio pode ser interpretado de diversas maneiras. Do ponto de vista escolar, por exemplo, poder-se-ia evidenciar a maneira gramaticalmente errada de falar de grande parcela da população brasi-

leira, e seguir na análise buscando as causas desse fracasso da escola formal, cuja função, entre outras, seria a de ensinar bem a língua do país. E este tipo de análise poderia tomar diversos rumos, como a necessidade de transformações sociais para fazer frente a esta situação. Entretanto o objetivo destas reflexões não é a questão gramatical e todas as suas possíveis implicações, e sim a questão da mentalidade que está por trás deste dialogo. É que esta não é uma mentalidade isolada, ou seja, tudo o que este dialogo pode significar não representa, somente, o pensamento, o pensamento daqueles dois homens do povo do interior do Brasil e, sim, um pensamento, uma mentalidade com grande difusão em nosso país, nos grandes centros ou nas pequenas cidades, entre ricos ou pobres, entre cultos e incultos.

Poderíamos citar muitos exemplos da afirmativa acima, mas fiquemos com aquela conhecida frase de algum(ns) eleitor(es) paulista(s): votei ou vou votar no Maluf, porque ele rouba, mas faz... Ou aquela postura do senador paraibano Humberto Lucena, quando o governador do seu estado baleou no rosto o seu adversário político: o senador justificou a tentativa de assassinato como sendo legítima defesa da honra da família do agressor.

Os fatos citados acima têm em comum aquela maneira peculiar do povo brasileiro ver as coisas a partir de interesses individuais e/ou grupais e fornecem um retrato do nosso povo, como ele pensa e age (ou deveríamos dizer um retrato nosso, de como pensamos e agimos?)

Mas por que somos assim?

## Nossas raízes

Talvez devamos buscar as raízes da nossa complexa formação cultural, no período colonial da nossa história, onde encontraremos aspectos que influenciaram e ainda influenciam a educação (formal e informal) do povo brasileiro, como o misticismo e a religiosidade, os fatores econômicos e políticos, entre outros.

## Misticismo

As motivações fantasiosas da vinda dos europeus para a América (fontes de juventude, lagoas mágicas, amazonas, eldorados, paraíso terrestre, etc.) e as transformações destas fantasias no contato com a terra brasileira devido à fascinação pelos segredos e curiosidades de uma terra desconhecida, não podem, simplesmente, ser consideradas no estudo da formação cultural brasileira.

Sérgio Buarque de Holanda, no seu livro *Visão do Paraíso: os motivos edênicos do descobrimento e colonização do Brasil*, analisou e exemplificou, amplamente, esta questão, mostrando como estas motivações fantasiosas influíram na forma de pensar dos colonos daquela época e determinaram muitas de suas ações, apesar de considerar que os portugueses, no início da colonização, eram menos fantasiosos do que os espanhóis, possuindo aqueles o que ele chamou de “realismo repousado”, o qual foi, entretanto, corroído em fins do século XVI, não tendo sido substituído por nada de autêntico, pois o que se viu foi o gosto pelas novas invenções, pelas burlas, pela fantasia, pelos exageros.

Teremos também nossos eldorados. Os das minas, certamente, mas ainda o do açúcar, o do tabaco, de tantos outros gêneros agrícolas, que se tiram da terra fértil, enquanto fértil, como o ouro se extrai, até esgotar-se, do cascalho, sem retribuição de benefícios. A procissão dos milagres há de continuar assim através de todo o período colonial, e não a interromperá a Independência, sequer, ou a República (Holanda, 1992, p. 334).

Talvez possamos inferir o que se passava nas cabeças e nas vontades das pessoas dos séculos XVI e XVII, fossem elas conhecidas ou anônimas: não terá a fantasia impedido a visão da realidade e induzindo a criação de realidades próprias, baseadas no individualismo e no imediatismo? Além do mais, um olhar mais atento pode, facilmente, constatar que muitas destas fantasias continuam presentes, sob formas diferentes, em nossas mentalidades e também continuam influenciando muitas de nossas ações, embora nem sempre tenhamos consciência suficientemente clara destas presenças e destas influências. Como exemplo da atualidade podemos citar a predominância hoje, no Brasil, de vendas de livros esotéricos, isto se formos considerar um público mais letrado; de qualquer forma, este e outros exemplos que se ligam a pessoas mais ou menos cultas, nos remetem sempre a um dos fatores que motivaram a vinda dos primeiros europeus para o Brasil, ou seja, à grande atração que o místico sempre exerceu e ainda exerce sobre as pessoas, independente do fato destas pessoas serem ou não consideradas como “povão”.

## Religiosidade

O misticismo nos leva às específicas questões da nossa multifacetada religiosidade, fruto de tantas e tão contraditórias influências, sejam cristãs de diversos matizes, sejam indígenas ou africanas, as quais, como as cristãs, também não podem ser, globalisticamente, analisadas, sob pena de não entendermos o nosso sincretismo religioso e cultural, para o qual colaboram mucamas, donas de casas, beatos e ermitães, quilombolas e cangaceiros e tantos outros. Destaquemos o papel da família, que foi de vital importância, pois era junto a ela que se aprendiam as orações e os comportamentos religiosos, visto que nossa religião era muito mais doméstica que institucional. Assim, talvez se possa como Hoornaert (1992) que a religião vivida pelo povo guardou os condicionamentos femininos de opressão, do silêncio e da persistência.

Por outro lado, uma análise superficial da questão do padroado, ou seja, da ligação entre a igreja oficial brasileira e o governo, desde o período colonial até a Proclamação da República, em 1889, pode nos levar ao entendimento parcial de algumas de nossas características culturais. É que ao governante cabia o "*ius praesentandi*", ou seja, ele nomeava bispos, párocos e padres para os demais cargos eclesiásticos, mas em compensação financiava as atividades da Igreja: os religiosos, por exemplo, eram pagos pela folha eclesiástica da fazenda real, que por sua vez era alimentada também pelos dízimos que iam do Brasil e que voltavam sob a forma de redízimas: doações, privilégios, subsídios. Evidentemente,

não podemos deixar de ver nesta realidade um dos fatores do estabelecimento informal, mas muito forte, do sistema de favores que conhecemos tão bem, e que estava presente no Brasil antigo e continua presente na atualidade, pois toda esta situação "ajudou a inculcar na alma brasileira a visão paternalista de Deus, pois Deus, o Rei, o senhor local agiam de maneira idêntica: como um pai que protege, resolve os problemas, dá o sustento financeiro, ampara e finalmente manda em tudo" (Hoornaert, 1992, p. 38).

Outro fator a ser considerado, é que a espiritualidade que engendrou o Brasil dos dois primeiros séculos era ostensiva, providencialista e verbal, com traços, marcadamente, medievais, trazidos pelos portugueses. E foi esta espiritualidade medieval que passou para as confrarias, que a conservaram até os dias de hoje. As confrarias, caracterizadas pela participação leiga do culto católico, promoviam e se responsabilizavam pela parte devocional sem o estímulo os clérigos. É importante lembrar que a Irmandade da Misericórdia foi a única com características sociais, mas somente nos centros urbanos; outras, entre elas as do Santíssimo e do Rosário, e as Ordens Terceiras do Carmo e da Penitência, se limitavam a questões de ordem espiritual (algumas delas, com a enorme riqueza adquirida, construíram muitas igrejas barrocas na Bahia, no Rio e em Minas). Parece mesmo que o que importou para muitas delas foi o fausto, o aparato, a superficialidade. Recentemente, tivemos oportunidade de conhecer uma pessoa bastante comprometida com uma destas ordens ter-

ceiras que ainda atuam e são fortes em algumas regiões do Brasil, e que pudemos constatar a superficialidade desta participação: havia uma preocupação de manter vivos ritos e vestimentas tradicionais, mas esta preocupação, em nenhum momento, se estendia à coerência entre o falar e o agir. E esta incoerência é outra característica marcante do nosso cotidiano.

Existem, ainda, outros fatores que devem ser considerados no estudo da formação da complexa religiosidade brasileira: a influência protestante, por exemplo, que foi pequena no Brasil colonial, mesmo no período holandês (Schalkwijk, 1996), mas poderia ter sido bem maior se, na época de sua penetração a partir da Independência, o projeto liberal do Brasil tivesse saído vitorioso (Leonard, 1963). Mas a realidade hoje é muito diferente, porque o que estamos vendo em nosso país é uma proliferação de seitas, cristãs ou não, das mais diversas denominações, e que exercem uma enorme atração sobre expressivas parcelas da população. E esta é uma realidade que não pode, simplesmente, ser ignorada, se busca o entendimento da realidade cultural brasileira.

## **Economia e sociedade**

Fatores econômicos e sociais também não podem ser colocados em segundo plano nesta análise cultural. Nossa economia, por exemplo, se baseou na tomada de terras e/ou de liberdades, beneficiando uma minoria e dando margem a injustiças sociais antigas e atuais, o que, naturalmente, não pode deixar de influir, embora de

formas diferentes, na nossa vida. Esta influência pode estar no hábito ou costume que temos de encarar a injustiça como uma situação de normalidade ou de fatalidade, estejamos nós no papel de injustiçados ou não; ou na nossa fala demagógica contra as injustiças, fala esta que tanto está no palanque eleitoral, quanto nas salas de aula ou nas mesas de “boteco”, onde tantos de nós resolvemos todos os problemas do mundo.

## **Trabalho e mão-de-obra**

Podemos, inicialmente, enfocar a questão do trabalho e da mão de obra no Brasil a partir da prática da escravização, tanto indígena como africana, e do pouco questionamento que houve por quase três séculos quanto à existência e justiça da escravização em si. É verdade que algumas vezes se levantaram contra esta prática, mas, com raras exceções, estas vezes questionavam apenas os excessos dos castigos corporais ou a legalidade da posse do escravo, permanecendo inalterável o princípio da necessidade da escravidão, em nome do bem estar e da ordem social e econômica.

Podemos considerar, também, as inúmeras ligações estado-religião-escravidão, que geraram ou fizeram crescer algumas distorções na índole do povo brasileiro. O fato, por exemplo, de muitos senhores terem sido padrinhos de batismo de seus escravos pode ser visto como um dos fatores que geraram a subserviência que existe em nosso país até os dias de hoje.

Por outro lado, o fato de darmos ao trabalho uma dignidade menor pode ser

visto como uma seqüência direta de escravidão. Para muitos brasileiros, o trabalho continua sendo coisa de gente inferior, como, aliás, era considerado o escravo.

## Governo e administração

A nossa história política e administrativa pode, também, ser muito elucidativa para esta análise cultural, pois nos mostra uma ambigüidade que é, extremamente reveladora de certos condicionamentos culturais, ainda presentes no Brasil de hoje. O intrincado sistema de favores do período colonial, por exemplo, fortaleceu os poderes regionais, enquanto os fazia também dependentes do poder central, e se transformou em um sistema informal de utilização do poder. Mas este sistema se estendeu pelo tempo e até os dias atuais, pois, ainda, vemos poderes importantes e fortes nas mãos de numerosas frentes regionais.

Talvez seja dentro desta perspectiva que poderemos entender (mas devemos aceitar?) a fala do senador Lucena, comentada em outras partes deste trabalho, ou o episódio, ainda Lucena, transcorrido do final de 1994 – início de 1995, quando ele foi, por uso indevido da gráfica do Senado (acusação também feita a muitos outros senadores), impedido de concorrer à reeleição pelo Supremo Tribunal Federal, tendo, entretanto, concorrido e ganhado; como se tudo isso não bastasse, ele foi, veementemente, defendido pelos seus “pares” do senado federal e, apesar de impedido judicialmente de tomar posse, foi anistiado pelo Congresso Nacional, anistia esta sancionada pelo Presidente da República, o qual, ao

fazê-lo, disse em rede nacional de rádio e televisão, no dia 03/02/95, que o fazia por não dever ir contra a vontade e a realidade do povo que havia, maciçamente votado nele: penso que podemos ver aí uma das manifestações do poder do regionalismo que estamos abordando. Este é apenas um exemplo...

## Legislação

Inúmeras possibilidades de leituras culturais surgem da análise do tema legislação, sob diversos aspectos e abordagens.

A visão tradicional da monocultura incentivada pela administração portuguesa, por exemplo, esbarra com a visão da abundante legislação portuguesa do século XVII e XVIII exigindo o plantio de “cereais da terra” (milho, mandioca, feijão) incentivando a vinda de colonos pobres para que o Brasil tivesse alimentos e excedentes e promovendo, aqui, experimentos com novos produtos. É verdade que o maior objetivo desta medida era resolver o problema do déficit alimentício de Portugal, mas o fato é que este era um projeto apenas do governo, não tendo, portanto, aceitação e motivação geral no Brasil, tanto que, entre 1641 e 1798, houve dezessete (17) leis obrigando o plantio de mandioca e, entre 1793 e 1798, duas (2) leis obrigavam, além do plantio de mandioca, também o do milho, do feijão e do arroz, muitas dessas leis previam, inclusive, penas de prisão para os infratores. Mas a aplicação das leis naquela época, como hoje, já deixava muito a desejar.

Talvez possamos encontrar nestes fatos algumas das raízes do hábito brasi-

leiro de desconsiderar a legislação, sempre que ela se choca com interesses e/ou mentalidades: a lei é para os outros, não para nós, pois sempre podemos dar um “jeitinho”, através do amigo (deputado, prefeito, ou funcionário daquela repartição com a qual estamos tendo problemas) ou mesmo do desconhecido (o guarda de trânsito que quer nos multar ou o funcionário corrupto).

Mas existem outros fatores nesta questão que, também, podem explicar esta nossa desconsideração pela lei: sabemos que muitas das nossas leis são oportunistas, ou seja, foram feitas para resolver uma determinada situação que interessava apenas a alguém ou a um pequeno grupo; sabemos, também, que existem leis que são apenas frutos de modismos, ou então frutos de importantes assuntos que ainda não foram devidamente amadurecidos e, portanto, acabam se transformando em letra morta, porque ninguém as leva, totalmente, a sério, seja quem deveria cumpri-las, seja quem deveria fiscalizá-las. São muitos os casos destes tipos de leis, mas poderíamos citar a recente legislação ambiental, tantas vezes burlada, e desde o período colonial: o Conselho Ultramarino do século XVII, por exemplo, legislou no sentido de conservar as matas, se bem que a motivação fosse o interesse português em manter material suficiente para a construção naval, assim como o interesse dos senhores de engenho que precisavam garantir lenha para as fornalhas. Mas todos nós sabemos os resultados desta “proteção ambiental colonial”...

Uma outra legislação colonial que deve ser aqui considerada, e que foi desrespeitada como tantas outras, é a que se

refere aos indígenas: 1570, 1588, 1596, 1605 e 1611, e outras. Apesar desta legislação que, de certa forma, os protegia e apesar, também, de um outro tipo de proteção, a religiosa que, enquanto protegia, impunha a cultura ocidental, o fato é que muitos colonos, por razões econômicas, resistiram, ferozmente, à idéia de não escravidão dos índios e foram poderosos agentes no extermínio de muitos grupos indígenas, no que foram seguidos através dos tempos, por outros e diferentes poderosos agentes, alguns deles, ainda, presentes em nossa sociedade.

## **Nossa cultura**

Os aspectos abordados são, naturalmente, ingredientes importantes da nossa formação cultural, da nossa educação informal, e, como resultado desta realidade histórica, observamos hoje aspectos cruciais que perduram em nosso dia-a-dia, pois continuamos não somente vendo, mas sentindo os efeitos negativos do apadrinhamento, do sistema de favores e da negação do direito, da anulação do indivíduo ou dos grupos, do querer a proteção do poder e da barganha, tudo isto, indiscriminadamente, praticado por dominantes e dominados, sendo que estes últimos, muitas vezes, se transformam em dominantes de acordo com a situação.

O que resulta de tudo isso pode ser uma prepotência indigesta (“sabe com quem esta falando?”) ou uma hipocrisia ilimitada (“faça o que eu faço, mas não faça o que eu digo”). Mas pode ser também a constatação, nem sempre justa, da existên-



cia paralela do “legal” e do “costumeiro” (No caso de Lucena, no Senado, por exemplo, valeu o costumeiro, não o legal).

Esta nossa realidade retratada não nos causa admiração e orgulho e, sim, preocupação e vergonha, pois o nosso cotidiano das ruas, das famílias, das escolas, da imprensa ainda está muito longe de retratar os ideais de humanidade que alguns de nós (quantos?), ainda, defendemos nas salas de aula ou em outros lugares.

Ficam, entretanto, algumas indagações: para onde estamos indo? Que pessoas estão sendo formadas em meio a estas contradições entre o falar e o fazer? Como nossas escolas lidarão com esta pesada educação informal que carregamos, muitas vezes sem, sequer, termos consciência de que carregamos um peso?

## **Considerações finais**

Não há como negar a importância da educação informal como geradora de culturas paralelas que, às vezes, apenas se tocam, embora sejam consideradas como um conjunto unitário para efeito de planos governamentais. Os planos educacionais, por exemplo, são colocados em prática através das escolas, as quais são instituições que, ao pretender beneficiar toda a população, difundindo o que é considerado bom, moderno e útil, o faz somente do ponto de vista da cultura dos que detêm, no momento, o poder, desconsiderando, totalmente, os outros saberes e interesses das demais pessoas envolvidas no processo educacional. Desta forma, se mascara uma situação de fato, enquanto se cria o mito da unidade neces-

sária para o desenvolvimento nacional.

Em vista de tudo isto, é de fundamental importância que analisemos as reformas educacionais brasileiras à luz da sua necessidade, oportunidade e/ou viabilidade.

Um olhar atento sobre as reformas do ensino formal que foram colocadas em prática até agora, desde o período colonial até os dias atuais, nos mostrará que faltaram nelas muitos ingredientes fundamentais de uma verdadeira reforma. Elas não consideraram, por exemplo, a força das mentalidades populares na adequação e/ou aceitação das chamadas reformas necessárias e modernas, sendo que muitas foram, tão somente, frutos de interesses do momento e, naturalmente, por não considerarem devidamente o povo que queriam “reformular”, não surtiram os efeitos desejados por seus idealizadores.

É que estes não consideraram se as reformas, que eles ou seus grupos queriam para todos, eram, de fato, necessárias ou mesmo oportunas e viáveis. Alguns estavam, como, historicamente, estiveram tantos reformadores, imbuídos da idéia de que a reforma que queriam para os outros era uma missão a ser cumprida a ferro e fogo, custasse o que custasse. Uma missão salvadora, redentora. Assim, defenderam idéias e interesses da população, ocorrendo, então, a mistura das duas concepções (resultando daí uma cultura sincrética), ou a sua assimilação superficial (culturas paralelas).

Por outro lado, sempre que falamos de reforma educacional nos vem à mente o dinheiro que se perde nos chamados trâmites burocráticos e de corrupção. Re-



cordemos, neste momento, a CPI do Orçamento, de tão triste fama, e de quais resultados concretos? O que está em jogo aí, é a questão da honestidade que acreditamos ser o ponto de partida para qualquer mudança que queira ser mesmo transformadora, que começa na infância inclusive com as chamadas “pequenas coisas” e que vai muito além desta face ético-financeira que citamos. Como exemplo, tomemos o artigo “Transgressão é regra no Brasil”, do jornalista Fernando Rosseti, da Folha de São Paulo, em 26/03/95, que cita o psicanalista infantil Bernardo Tanis, o qual, além de dizer que nossa cultura é “macunaímica”, referindo-se ao herói sem caráter criado por Mario de Andrade, diz também que: “A ética está muito corrompida. A transgressão aqui é regra. Tem pai que, quando o filho conta que furou uma fila, por exemplo, responde: Legal, você não é um boboca”. Vemos aí portanto, uma incompatibilidade entre os ideais do grupo maior e/ou os da família em relação aos ideais maiores do ser humano.

Se mergulharmos um pouco na história de nosso país e na história de nossa educação, tanto do ponto de vista formal, quanto do informal, veremos esta falta de valorização da honestidade, com todas as suas nuances, sempre esteve e, ainda, está presente no nosso dia-a-dia, como se fosse uma maldição. Mas, sabemos que maldições não existem, já que são as pessoas de um determinado presente que fazem o futuro, são os homens os construtores da sua história e, infelizmente, temos usado “materiais” ruins na nossa construção.

Mas alguém poderia objetar que a questão da honestidade é muito relativa, pois a visão do ser honesto de uns não é, necessariamente, a visão de outros, já que ela varia de acordo com os interesses. E, a partir desta lógica individualista e/ou corporativista, regionalista talvez, poder-se-ia pensar que o correto é mesmo que cada um ou cada grupo defenda os seus próprios interesses; os outros se quiserem, que defendam os seus. Mas somos ou não um povo? Acima de tudo, somos ou não pessoas?

## Sugestões bibliográficas

- BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- DEL PRIORE, Mary (Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- GIRAUX, Henry. *Teoria crítica e resistência em educação*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- HOONAERT, Eduardo et al. (Coord.). *História da Igreja no Brasil: primeira época. História da Igreja na América Latina*. Petrópolis: Vozes/Paulinas, 1992. Tomo II/1.
- LEONARD, Èmile-G. *O protestantismo brasileiro*. São Paulo: Aste, 1963.

LINHARES, Maria Yedda Leite. *História geral do Brasil* (da colonização portuguesa à modernização autoritária). Rio de Janeiro: Campus, 1990

MATTA, Roberto da. *O que faz o Brasil, Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Igreja e Estado no Brasil Holandês: 1630-1654*. Recife: FUNDARPE, 1986.

SOUZA, Laura de Mello. *O diabo na terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

THOMAS, Georg. *Política indigenista portuguesa no Brasil: 1500-1640*. São Paulo: Loyola, 1981.